

5 de junho 2026
 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 2015-2025

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM PORTUGAL

2015-2025

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza hoje a oitava edição da publicação nacional de acompanhamento estatístico da Agenda 2030 das Nações Unidas (NU), intitulada “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicadores para Portugal | Agenda 2030”. A publicação descreve o comportamento de 189 indicadores dos ODS da lista global das NU, para Portugal, desde 2015 até ao último ano com informação disponível, apresentando uma análise sintética da evolução e do desempenho dos 17 ODS no contexto nacional.



O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta, assim, a oitava edição da publicação nacional dedicada ao acompanhamento estatístico da Agenda 2030. Este relatório oferece uma análise abrangente do progresso nacional relativamente aos ODS, privilegiando abordagens de comunicação visual, infográfica e quantitativa. São incluídos 189¹ indicadores ODS da lista global das Nações Unidas (NU) aplicados a Portugal.

A análise de cada objetivo é complementada com a avaliação da tendência e do desempenho dos indicadores face às metas estabelecidas ou, na sua ausência, face ao sentido da evolução considerado desejável, desde 2015 (ano de início da Agenda 2030) até ao último ano com dados disponíveis. Esta avaliação segue a metodologia de monitorização desenvolvida, testada e aplicada pelo Eurostat ao nível da União Europeia.

Para permitir uma análise temporal mais alargada, disponibiliza-se igualmente, no ficheiro de dados anexo, informação estatística com séries desde 2010.

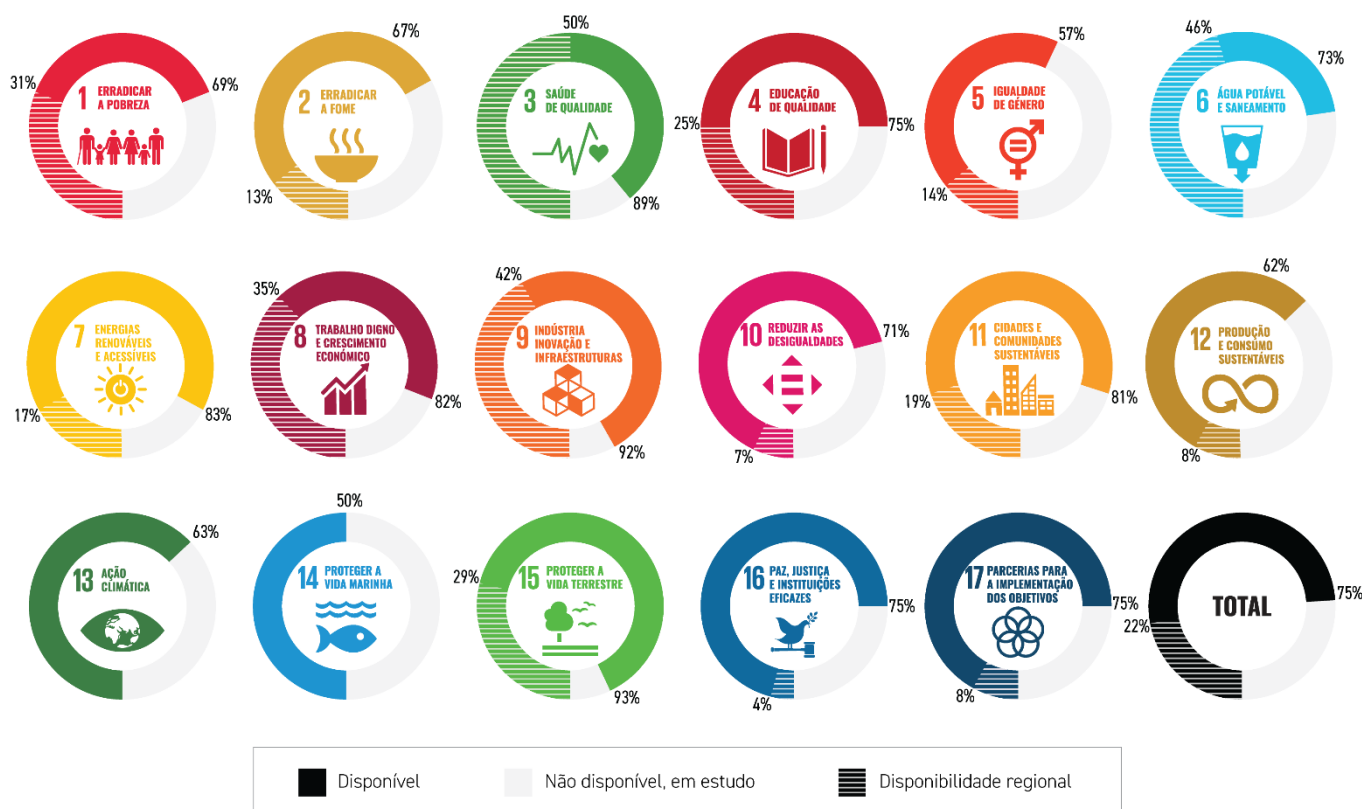
¹ 62 indicadores da lista global da ONU não fazem parte desta lista para Portugal fundamentalmente, por três razões: (i) não se aplicam no contexto nacional; (ii) não têm ainda uma metodologia suficientemente estabilizada e clara para o seu cálculo; ou (iii) não existe informação disponível.

Os 189 indicadores com dados disponíveis a nível nacional correspondem a uma cobertura de 75% do total dos 251 indicadores ODS da lista global das Nações Unidas. Este valor representa um ligeiro aumento face aos 74% registados na edição anterior. Ainda assim, persistem lacunas de informação em alguns objetivos, mantendo-se níveis de cobertura inferiores a 60% nos ODS 5 “Igualdade de género” (57%) e 14 “Proteger a vida marinha” (50%). Em sentido contrário, os ODS 3 “Saúde de qualidade”, 7 “Energias renováveis e acessíveis”, 8 “Trabalho digno e condições económicas”, 9 “Indústria, inovação e infraestruturas”, 11 “Cidades e comunidades sustentáveis” e 15 “Proteger a vida terrestre” apresentam níveis de cobertura superiores a 80%.

Na seleção dos indicadores, foi dada prioridade à inclusão de informação desagregada por NUTS II (versão NUTS 2024), sempre que disponível e relevante, alcançando uma cobertura de 22%. Em alguns casos, é também apresentada desagregação segundo a classificação NUTS 2013.

Comparativamente à edição anterior, os ODS 3 “Saúde de qualidade”, 6 “Água potável e saneamento”, 8 “Trabalho digno e condições económicas” e 9 “Indústria, inovação e infraestruturas” continuaram a evidenciar maior disponibilidade de indicadores com desagregação regional, atingindo coberturas de 50%, 46%, 35% e 42%, respetivamente.

Figura 1. Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal, 2015-2025



Fonte: INE, I.P.

A análise do desempenho dos indicadores globais dos ODS a nível nacional teve por base a metodologia adotada pelo Eurostat para apresentar o desempenho dos ODS na União Europeia. A aplicação desta metodologia permitiu avaliar o desempenho dos 189 indicadores globais ODS e, conseqüentemente, posicionar os 17 ODS de acordo com a sua evolução no período 2015-2025.

Comparando o ano mais recente com o primeiro ano disponível desde 2015, verifica-se que:

- 105 dos 189 indicadores globais analisados registaram uma evolução positiva;
- 🎯 23 dos 105 indicadores com evolução positiva atingiram a meta;
- 38 apresentaram uma evolução desfavorável;
- 10 não registaram alterações;
- 36 não são passíveis de avaliação (séries irregulares ou curtas, inconclusivos).

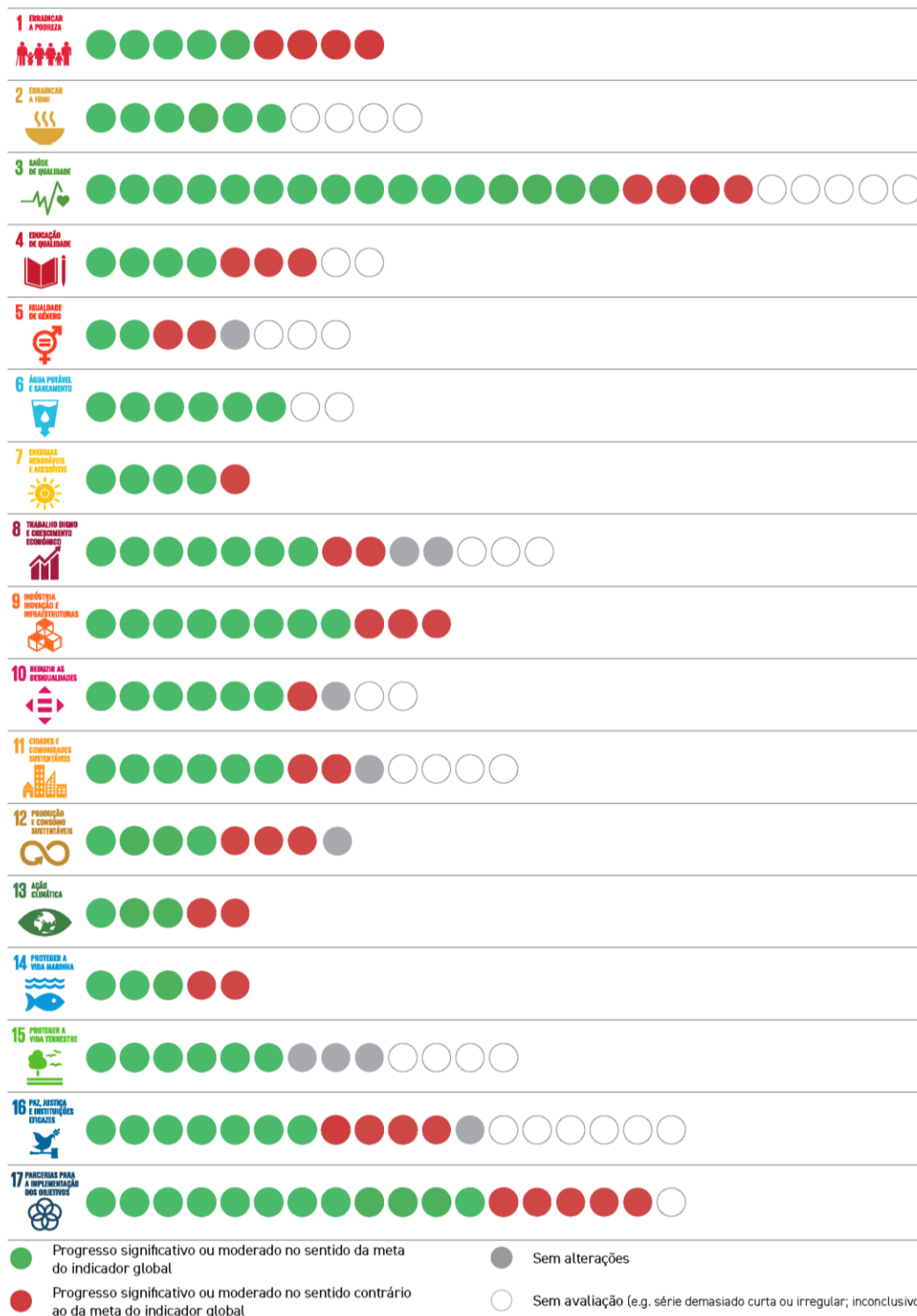
A evolução dos indicadores ODS em Portugal entre 2015 e 2025 foi globalmente positiva, embora com diferenças relevantes entre objetivos.

De forma agregada, a maioria dos indicadores apresentou uma evolução favorável, refletindo progressos significativos ou moderados no sentido das metas estabelecidas. Destacam-se os ODS 6 “Água potável e saneamento”, 7 “Energias renováveis e acessíveis” e 9 “Indústria, inovação e infraestruturas”, com mais de 70% dos respetivos indicadores globais a registarem evolução favorável (75,0%, 80,0% e 72,7%, respetivamente). Estes resultados evidenciam um alinhamento consistente com os objetivos da Agenda 2030 em diversos domínios sociais, económicas e ambientais.

Por outro lado, observa-se uma proporção relevante de indicadores com evolução desfavorável, evidenciando retrocessos ou dinâmicas contrárias às metas definidas. É o caso dos ODS 4 “Educação de qualidade”, 5 “Igualdade de género”, 11 “Cidades e comunidades sustentáveis”, 15 “Proteger a vida terrestre” e 16 “Paz, justiça e instituições eficazes”, que apresentaram menos de 50% dos seus indicadores com evolução positiva (Figura 2).

Destaca-se igualmente o peso dos indicadores sem avaliação, associado sobretudo a limitações de informação e à inexistência de séries estatísticas suficientemente extensas para calcular tendências robustas. Esta situação evidencia a importância de continuar a reforçar os sistemas de monitorização estatística, de modo a assegurar uma avaliação mais abrangente e consistente dos progressos alcançados.

Figura 2. Evolução dos indicadores globais ODS em Portugal no período 2015-2025²



² Desde o primeiro ano disponível a partir de 2015 até ao último ano disponível. Cada círculo representa um indicador global. O sentido da evolução no período é atribuído através da taxa de variação média anual entre o ano mais recente disponível e o primeiro ano disponível desde 2015 (tendo pelo menos três observações interpoladas) e de acordo com o sentido favorável do indicador.

Fonte: INE, I.P.

A partir da pontuação dos indicadores globais por ODS e da aplicação da metodologia do Eurostat, foi possível avaliar o desempenho dos 17 ODS e proceder ao seu posicionamento conjunto de acordo com a evolução observada no período 2015-2025 (Figura 3).

Figura 3. Posicionamento dos ODS em Portugal de acordo com a sua evolução no período 2015-2025



Fonte: INE, I.P.

Com base na análise do comportamento dos indicadores de cada ODS, apresenta-se igualmente uma síntese do desempenho dos principais indicadores para Portugal no período 2015-2025, assim como uma apreciação global de cada objetivo resultante da metodologia utilizada.



Portugal apresenta um desempenho globalmente positivo no ODS 1 “Erradicar a pobreza”, com 55,6% dos indicadores a registarem evolução favorável, refletindo progressos relevantes no combate à pobreza e na melhoria das condições de vida. Persistem, contudo, desafios importantes, nomeadamente na redução da pobreza, no reforço da proteção social e na mitigação dos impactos associados a catástrofes.

Destacam-se melhorias significativas na redução da pobreza: a taxa de risco diminuiu de 19,0% em 2015 para 15,4% em 2024. Ainda assim, o ritmo de progresso permanece insuficiente para cumprir a meta definida para 2030, exigindo uma aceleração mais expressiva. Registaram-se igualmente avanços muito positivos nas condições habitacionais, traduzidos numa redução acentuada da população sem acesso a instalações básicas, tanto na população em geral como entre os grupos mais vulneráveis.

No domínio da proteção social, embora o número de pensionistas tenha aumentado ligeiramente, alguns indicadores, como as pensões de velhice e invalidez ou a cobertura do subsídio de desemprego, revelam sinais de fragilidade ou estagnação.

Em sentido contrário, a evolução dos indicadores associados a catástrofes constitui um dos principais desafios identificados, observando-se aumentos expressivos no número de vítimas, feridos e desaparecidos. Ainda assim, verificam-se progressos ao nível da preparação e da resposta institucional, nomeadamente através do reforço das estratégias de redução do risco de catástrofes e do aumento do número de municípios alinhados com orientações nacionais e internacionais nesta matéria.



O desempenho do ODS 2 “Erradicar a fome” revela uma trajetória globalmente positiva, com 60,0% dos indicadores a apresentarem evolução favorável. Persistem, contudo, limitações relevantes de monitorização, refletidas na elevada proporção de indicadores sem informação disponível (33,3%) e de indicadores que, apesar de disporem de dados, não permitem uma avaliação robusta devido à reduzida extensão ou inconsistência das séries estatísticas (40,0%). Ainda assim, Portugal evidencia progressos relevantes nos domínios da segurança alimentar, sustentabilidade agrícola e financiamento do setor.

Entre os principais avanços destaca-se a melhoria da segurança alimentar: a prevalência de insegurança alimentar moderada e/ou grave diminuiu de 4,7% em 2019 para 3,5% em 2025, sinalizando progressos no acesso da população

a uma alimentação adequada. Paralelamente, verificou-se um crescimento muito expressivo da agricultura biológica, cuja área mais do que triplicou entre 2016 e 2023, aproximando Portugal da meta europeia para 2030. A preservação da biodiversidade agrícola apresenta igualmente sinais encorajadores, refletidos no aumento consistente dos recursos genéticos animais conservados, contribuindo para o reforço da proteção das raças autóctones.



O desempenho de Portugal no ODS 3 “Saúde de qualidade” revela uma evolução globalmente positiva, com 64,0% dos indicadores a apresentarem progresso favorável, refletindo avanços consistentes na promoção da saúde e do bem-estar.

Entre os principais resultados destacam-se progressos relevantes na saúde materno-infantil, traduzidos em reduções expressivas da mortalidade materna, neonatal e infantil, bem como numa elevada cobertura de partos assistidos por profissionais qualificados. Estes resultados reforçam a qualidade e a abrangência dos cuidados de saúde neste domínio.

No combate às doenças, o panorama é globalmente positivo, registando-se reduções significativas na incidência de VIH, da tuberculose e de outras doenças transmissíveis. A hepatite B constitui, contudo, uma exceção, evidenciando uma tendência desfavorável que requer acompanhamento. Relativamente às doenças não transmissíveis, observaram-se melhorias moderadas na redução da mortalidade prematura, enquanto a taxa de suicídio apresentou um decréscimo mais acentuado, sinalizando progressos importantes no domínio da saúde mental. Também a mortalidade por acidentes rodoviários manteve uma trajetória descendente. Pela negativa, destacam-se os aumentos das mortes associadas a condições ambientais inadequadas e por envenenamento acidental. Ao nível do sistema de saúde, verificou-se um reforço da capacidade instalada, traduzido no aumento do número de profissionais e na melhoria da cobertura dos cuidados de saúde primários, embora persistam desafios relacionados com o acesso universal aos cuidados de saúde.



Portugal apresenta um desempenho globalmente desfavorável no ODS 4 “Educação de qualidade”, com apenas 44,4% dos indicadores a registarem evolução positiva, enquanto 33,3% apresentam evolução negativa e 22,2% não são passíveis de avaliação, revelando um panorama heterogéneo e marcado por limitações de informação.

Os principais progressos concentram-se no acesso e na conclusão escolar. Verificaram-se melhorias nas taxas de transição no ensino básico e secundário e consolidou-se a universalidade da educação pré-escolar, evidenciando

avanços significativos no acesso à educação. No ano letivo 2023/2024, a taxa de conclusão atingiu 96,1% no ensino básico e 90,4% no ensino secundário, aproximando-se das metas europeias. A educação pré-escolar mantém cobertura universal desde 2020. Também as competências digitais registaram uma evolução positiva. A proporção de indivíduos entre os 16 e os 74 anos com competências digitais básicas ou acima aumentou de 47,7% em 2015 para 59,2% em 2025.

Contudo, estes progressos contrastam com retrocessos ao nível da qualidade das aprendizagens. De acordo com os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Aluno (PISA), a proporção de alunos com competências mínimas em leitura diminuiu de 82,8% em 2015 para 76,8% em 2022. Em matemática, a redução foi de 76,2% para 70,2%, evidenciando uma deterioração do desempenho escolar nestas áreas.

Persistem igualmente fragilidades ao nível das infraestruturas tecnológicas nas escolas, nomeadamente no acesso à internet e na disponibilidade de computadores para fins pedagógicos nas escolas do Continente.



O ODS 5 “Igualdade de género” apresenta um desempenho globalmente desfavorável em Portugal, refletindo a persistência de desigualdades estruturais e progressos insuficientes para alcançar a paridade até 2030. Apenas 57,1% dos indicadores globais dispõem de informação que permita avaliação e, destes, apenas 25% registaram evolução favorável. Destaca-se igualmente a elevada proporção de indicadores sem avaliação, devido à existência de séries temporais curtas ou irregulares (37,5%).

Apesar da existência de quadros legais plenamente desenvolvidos (100% de cumprimento em 2020 e 2024), destinados a promover, aplicar e monitorizar a igualdade de género, persistem desafios significativos na sua concretização efetiva. A violência de género continua a constituir um dos problemas mais graves, com 22,5% das mulheres entre os 18 e 74 anos a reportarem situações de violência em contexto de intimidade em 2022.

No domínio da participação política, os progressos permanecem limitados. Em 2025, as mulheres representavam 33,5% dos deputados, correspondendo a um aumento de apenas 0,5 pontos percentuais face a 2015. Ao nível do poder local, a presença feminina aumentou de 10,4% em 2017 para 15,6% em 2025, embora continue distante da paridade.

No mercado de trabalho, observam-se alguns avanços, com destaque para a administração pública, onde as mulheres passaram a representar 56% dos cargos dirigentes em 2025, ultrapassando o limiar de equilíbrio de género.



O ODS 6 “Água potável e saneamento” apresenta um desempenho globalmente misto, apesar de 75% dos indicadores globais registarem uma evolução favorável face aos objetivos. O panorama combina progressos claros no acesso e na qualidade da água com desafios persistentes relacionados com a qualidade ecológica dos recursos hídricos.

Os avanços são particularmente evidentes no acesso universal a serviços essenciais. A qualidade da água para consumo manteve-se em níveis de excelência, com 98,9% de água segura em 2024, enquanto a proporção da população sem acesso a condições básicas de saneamento diminuiu de 0,9% em 2015 para 0,2% em 2025. Em contrapartida, a qualidade das massas de água revela sinais contraditórios. Apesar das melhorias na componente química — com a proporção de águas em “bom” estado a aumentar de 32,3% para 69,6% — registou-se igualmente um aumento da percentagem de massas de água classificadas como “insuficiente” (2,8% para 20,2%) bem como retrocessos no estado ecológico global.

No plano internacional, Portugal mantém um desempenho sólido, com 100% das bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por acordos de cooperação. Verificou-se também um reforço do compromisso externo no setor, traduzido no aumento do financiamento destinado à água e saneamento, de 0,4 para 4,0 milhões de euros em 2025.



Portugal apresenta um desempenho globalmente positivo no ODS 7 “Energias renováveis e acessíveis”, sendo este o ODS com maior proporção de indicadores globais com evolução favorável no período em análise (80,0%). Observam-se progressos claros no acesso universal à energia, na integração de fontes renováveis e na eficiência energética, embora ainda insuficientes para assegurar o cumprimento das metas de 2030.

Portugal alcançou já a universalidade no acesso à eletricidade, cumprindo integralmente este objetivo. A proporção de energias renováveis no consumo final de energia aumentou para 36,5% em 2024. Apesar desta evolução positiva, o valor permanece abaixo da meta de 51% estabelecida para 2030, uma vez que o crescimento médio anual observado (2,0%) continua inferior ao necessário para a alcançar (3,5%).

Na produção de eletricidade, as fontes renováveis representaram 65,8% em 2024, confirmando uma trajetória favorável. Contudo, este valor continua distante da meta de 93% fixada para 2030, verificando-se igualmente um ritmo de crescimento anual (2,5%) inferior ao necessário (3,9%). Ao nível da eficiência energética, registou-se uma melhoria consistente, refletida na redução da intensidade energética para menos de 90 tep por milhão de euros de PIB em 2024, evidenciando uma maior eficiência no uso de energia.



A evolução dos indicadores do ODS 8 “Trabalho digno e crescimento económico” em Portugal foi globalmente favorável em 50,0% dos indicadores globais analisados no período em análise, refletindo recuperação do emprego, melhorias na qualidade do trabalho e a resiliência da economia, apesar de alguns sinais recentes de abrandamento em determinados domínios.

No mercado de trabalho, os progressos são claros: a taxa de desemprego desceu para 6,0% em 2025 (6,4% em 2024), mantendo uma trajetória de redução significativa desde 2015 (cerca de -7,5% ao ano). Verificou-se também uma redução dos jovens fora do emprego, educação ou formação (-4,5% ao ano) e dos acidentes de trabalho, tanto não mortais (-2,7%) como mortais (-3,4%). Apesar destes avanços, persistem desigualdades relevantes, destacando-se a taxa de desemprego jovem, que se mantém elevada (19,5%).

Ao nível económico, observa-se uma melhoria da eficiência material, traduzida na redução dos indicadores de utilização de recursos por unidade de PIB, embora os valores *per capita* se tenham mantido relativamente estáveis. O setor do turismo reforçou o seu contributo para a economia entre 2016 e 2023, apesar de se verificar uma desaceleração do crescimento do valor acrescentado associado a esta atividade. Nos serviços financeiros, destaca-se o reforço da digitalização, evidenciada pelo aumento do *homebanking*. Esta evolução contrasta com a redução da rede física bancária, nomeadamente a diminuição do número de balcões e de caixas multibanco.

Por último, Portugal cumpre a meta associada à estratégia nacional para o emprego jovem e registou um crescimento da ajuda internacional ao comércio (“*Aid for Trade*”).



O desempenho nacional para o ODS 9 “Indústria, inovação e infraestruturas” é globalmente positivo, com 72,7% do total dos indicadores globais com informação a registarem evolução favorável, evidenciando progressos relevantes na inovação, investigação e eficiência ambiental. Persistem, contudo, fragilidades estruturais na base industrial e no setor dos transportes.

Os principais avanços concentram-se na investigação e inovação, refletidos no crescimento consistente do número de investigadores por habitante e no aumento da despesa em I&D. Contudo, este progresso permanece insuficiente para atingir a meta de 3% do PIB, uma vez que o crescimento observado (3,8% ao ano) continua abaixo do necessário (6,1% ao ano). Verificaram-se também melhorias na eficiência ambiental, com a intensidade de emissões a reduzir-se de 0,3 para 0,2 kg CO₂/€ entre 2015 e 2023.

No setor industrial, a evolução é heterogénea. O valor acrescentado *per capita* aumentou, mas o seu peso no PIB diminuiu, enquanto o emprego industrial caiu cerca de -1,0% ao ano. As micro e pequenas empresas industriais

perderam relevância, evidenciando reduções no valor acrescentado (-1,1% ao ano) e do endividamento (-2,9% ao ano), o que revela fragilidades no tecido empresarial. Em contrapartida, registaram-se progressos moderados na indústria de média-alta tecnologia, cuja proporção aumentou de 22,9% para 23,3%.

No domínio dos transportes observam-se sinais menos favoráveis, com reduções no transporte ferroviário de mercadorias (-2,1% ao ano) e na atividade de veículos pesados (-3,3% ao ano).



O ODS 10 “Reduzir as desigualdades” apresenta uma evolução globalmente positiva entre 2015 e 2023, com 60,0% dos indicadores globais com informação disponível a registarem evolução favorável, evidenciando progressos na melhoria dos rendimentos e na redução da desigualdade económica.

Os dados mostram um aumento generalizado dos rendimentos, com o rendimento médio a passar de 10 562€ em 2015 para 14 951€ em 2024. Destaca-se o facto dos 40% da população com menores rendimentos terem registado um crescimento médio anual superior (4,7%) ao da população total (3,9%), contribuindo para o cumprimento da meta europeia para 2030. Paralelamente, observou-se uma redução da pobreza monetária, com a proporção de pessoas com rendimento abaixo de 50% do rendimento equivalente mediano a diminuir de 13,0% para 9,7%.

Registou-se também uma melhoria moderada da parcela do trabalho no PIB (+0,93% ao ano), bem como uma evolução positiva em todos os indicadores de solidez financeira. Ainda assim, persistem desafios relevantes: o impacto redistributivo das políticas fiscais e sociais enfraqueceu ligeiramente refletido na redução de 1,5 pontos percentuais na diferença do Coeficiente de Gini, sugerindo uma menor eficácia na correção das desigualdades.



A trajetória de Portugal no ODS 11 “Cidades e comunidades sustentáveis” revela um progresso moderado, com 46,2% dos indicadores globais com avaliação favorável e 30,8% sem avaliação por ausência de dados, evidenciando avanços relevantes na governação urbana e na sustentabilidade ambiental, mas também desafios significativos em áreas estruturais como habitação, gestão de resíduos e mobilidade.

Entre os aspetos positivos, destacam-se melhorias na participação cívica, já plenamente assegurada, bem como os progressos na qualidade do ar, na eficiência do uso do solo e no reforço das estratégias de redução do risco de catástrofes. Registou-se igualmente uma recuperação da atividade cultural após os recuos observados em anos anteriores, refletida no aumento da despesa privada em serviços culturais, incluindo bibliotecas, arquivos e museus, entre 2015 e 2023.

Contudo, persistem fragilidades importantes. A privação habitacional severa agravou-se, o que evidencia dificuldades no acesso a uma habitação condigna. No domínio ambiental, os resíduos urbanos continuam a aumentar (+1,3% ao ano), enquanto a taxa de reciclagem diminuiu (-0,4% ao ano), afastando Portugal da meta de 60% estabelecida para 2030. A mobilidade urbana continua igualmente a constituir um desafio. Em 2025, 67,8% da população declarou nunca ou quase nunca utilizar transportes públicos, refletindo uma forte dependência de transporte individual.

Em matéria de adoção e implementação de estratégias nacionais de redução do risco de catástrofes em linha com o Quadro de Sendai, verificou-se um aumento da proporção de autarquias com estratégias locais de redução de risco de catástrofes (2,3% em 2015 e 19,2% em 2023).



O ODS 12 “Produção e consumo sustentáveis” apresenta um desempenho irregular, combinando progressos relevantes na eficiência dos recursos com dificuldades persistentes na gestão de resíduos e na redução do consumo material. A avaliação dos indicadores globais mostra que 50% registaram evolução positiva no sentido do ODS, enquanto 37,5% evoluíram negativamente e 12,5% permanecem inalterados.

Entre os progressos mais significativos destaca-se a melhoria da eficiência material, tendo o consumo de materiais por unidade do PIB já atingido a meta nacional. A pegada material reduziu-se de 0,8 para 0,7 kg/€ entre 2015 e 2023, refletindo uma utilização mais eficiente dos recursos. Observou-se igualmente uma redução significativa da proporção de resíduos perigosos no total, que passou de 10,3% para 5,5%.

Persistem, contudo, desafios importantes: o consumo de materiais *per capita* mantém-se elevado e os resíduos perigosos aumentaram em termos absolutos (de 88,6 para 91,4 kg por pessoa). Também a reciclagem e a reutilização continuam a evoluir a um ritmo insuficiente (+0,3% ao ano, face aos 3,5% necessários para atingir a meta de 60% até 2030).



O ODS 13 “Ação climática” caracteriza-se por uma evolução globalmente favorável, com 60% dos seus cinco indicadores globais a registarem progresso positivo no período em análise. Não existem indicadores sem avaliação. No conjunto, o desempenho é sustentado pela redução consistente das emissões de gases com efeito de estufa, pelo reforço das estratégias de redução do risco de catástrofes e pelo alinhamento progressivo com as metas internacionais de neutralidade carbónica, embora persistam desafios relevantes.

Entre 2015 e 2023, o índice de adoção e implementação de estratégias nacionais de redução de risco de desastres, em conformidade com o Quadro de Sendai, aumentou de 0,4 para 0,9. Paralelamente, a proporção de governos locais com estratégias alinhadas com as nacionais passou de 2,3% para 19,2%, evidenciando um reforço significativo da articulação institucional nesta área. No domínio das emissões, observa-se uma evolução favorável entre 2015 e 2024, com reduções médias anuais próximas de 3%, refletindo uma trajetória consistente de descarbonização. Em contrapartida, o contributo nacional para o financiamento climático internacional diminuiu ligeiramente, passando de 6,2 milhões de euros em 2015 para 5,9 milhões de euros em 2024.

O principal retrocesso observa-se no impacto das catástrofes sobre a população. O número de mortes e desaparecidos aumentou a uma taxa média anual de 39,5% entre 2015 e 2024. De forma ainda mais expressiva, o número de pessoas diretamente afetadas cresceu a um ritmo médio anual de 43,0%, evidenciando a necessidade de reforçar a capacidade de resposta, prevenção e resiliência face aos riscos climáticos.



A avaliação do nível de desempenho do ODS 14 “Proteger a vida marinha” revela uma evolução globalmente pouco favorável no período em análise, com 60% dos indicadores globais a apresentarem um progresso negativo entre 2015 e 2025. Apesar de existirem sinais positivos em domínios específicos, o ritmo global de progresso revela-se insuficiente para assegurar a conservação plena dos ecossistemas marinhos e dos recursos pesqueiros em Portugal.

Registaram-se avanços na gestão sustentável dos recursos pesqueiros avaliados, destacando-se o facto de a proporção de *stocks* (Categoria 1 do ICES) explorados ao nível do Rendimento Máximo Sustentável ter atingido 100% em 2025 no Continente. Foi igualmente alcançada e mantida a meta relativa à proteção legal da pequena pesca em 2022 e 2024. Contudo, persistem desafios relevantes. A proporção de *stocks* geridos segundo uma abordagem precaucional (Categoria 3 do ICES), explorados ao nível de um *proxy* do Rendimento Máximo Sustentável, diminuiu de 66,6% em 2015 para 50,0% em 2025, evidenciando uma evolução desfavorável, ainda que com sinais recentes de recuperação. A área de proteção marinha apresenta também progressos insuficientes, mantendo-se estagnada nos 7% entre 2017 e 2024, longe da meta de 30% até 2030. Adicionalmente, o investimento em investigação e desenvolvimento em tecnologia marinha reduziu-se de 2,1% em 2016 para 1,7% em 2022, contrariando os objetivos de reforço da base científica e tecnológica associada à gestão sustentável do oceano.



O ODS 15 “Proteger a vida terrestre” apresenta um desempenho globalmente misto. Não se registaram indicadores globais com evolução desfavorável no período em análise. Ainda assim, 23,1% dos indicadores permaneceram sem alteração, em grande parte devido à sua natureza estrutural, e 30,8% não são passíveis de avaliação por não disporem de séries temporais suficientemente extensas para uma análise consistente. Apesar destas limitações, registaram-se progressos relevantes em 40,6% dos indicadores, com destaque para a adoção de quadros legais e institucionais para a proteção da biodiversidade, o reforço da gestão de espécies invasoras e o aprofundamento da cooperação internacional no domínio dos recursos genéticos. Entre as metas já atingidas, destacam-se a implementação de instrumentos internacionais como o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura e o Protocolo de Nagoia, bem como a existência de legislação e recursos dedicados ao controlo de espécies exóticas invasoras e a integração de metas de biodiversidade em estratégias e sistemas nacionais, incluindo o Sistema de Contas Económicas do Ambiente.

O financiamento internacional para a biodiversidade registou uma evolução significativa, com a ajuda pública ao desenvolvimento a aumentar de 0,4 milhões de euros em 2015 para 4,3 milhões de euros em 2025. Em sentido contrário, destaca-se a interrupção, a partir de 2022, do financiamento da ajuda pública ao desenvolvimento no âmbito da silvicultura (CAD série 312). Persistem, contudo, desafios relevantes na proteção dos ecossistemas, na gestão sustentável das florestas, na degradação dos solos e no combate ao tráfico ilegal de espécies.



O ODS 16 “Paz, justiça e instituições eficazes” apresenta uma evolução globalmente mista, em Portugal, com 38,9% dos indicadores globais a registarem uma evolução favorável face a 22,2% com evolução contrária. Registaram-se progressos relevantes em áreas como a redução da criminalidade violenta, o reforço institucional e o acesso à informação, contrastando com tendências menos favoráveis no tráfico de seres humanos, na proporção de reclusos preventivos e em algumas formas de violência e discriminação. Persistem igualmente desafios ao nível da perceção de segurança e da confiança nas instituições. Ainda assim, Portugal mantém desempenhos positivos em matérias como o registo civil universal, a existência de instituições nacionais de direitos humanos e os mecanismos legais de acesso à informação pública.

Registou-se uma diminuição sustentada dos homicídios voluntários consumados, a uma taxa de variação média anual de -3,6% desde 2015. No entanto, a perceção de segurança sofreu uma ligeira deterioração, passando de 85,7% da população a sentir-se segura em 2016 para 82,9% em 2023. Mantêm-se níveis elevados de violência interpessoal, com 17,6% das pessoas entre os 18 e os 74 anos a reportarem em 2022 ter sofrido diferentes formas de violência ao longo da vida. O tráfico de seres humanos agravou-se, com o número de crimes a aumentar de 53

em 2015 para 77 em 2025. Em contrapartida, o número de armas apreendidas ou identificadas em contexto ilícito aumentou a uma taxa média anual de 2,7% entre 2015 e 2025. No sistema prisional, a proporção de reclusos preventivos aumentou de 16,2% em 2015 para 22,0% em 2024, evidenciando pressões sobre o sistema judicial.

Ao nível institucional, Portugal registou progressos importantes, atingindo em 2023 a meta relativa ao acesso público à informação e mantendo, desde 2015, instituições nacionais de direitos humanos reconhecidas internacionalmente. Ainda assim, a perceção da corrupção deteriorou-se, com o índice a passar de 64 em 2015 para 56 em 2025, refletindo desafios na confiança institucional.



O ODS 17 “Parcerias para a implementação dos objetivos” apresenta uma evolução globalmente moderada em Portugal no período em análise, com 66,7% dos indicadores globais a registarem evolução favorável. Observam-se progressos relevantes em áreas como a fiscalidade, a digitalização e em alguns indicadores económicos, embora persistam desafios significativos, em particular no domínio da cooperação internacional. As contribuições sociais em percentagem do PIB cresceram a uma taxa média anual de 1,8% entre 2015 e 2025. Paralelamente, a proporção do Orçamento do Estado financiado por impostos internos aumentou de 61,3% em 2015 para 68,5% em 2026, refletindo o reforço da capacidade fiscal interna. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em percentagem do RNB registou um crescimento médio anual de 1,2% entre 2015 e 2025. Apesar desta evolução, o ritmo observado permanece distante dos 10,3% necessários para atingir a meta estabelecida. A APD dirigida aos Países Menos Desenvolvidos diminuiu de 0,05% em 2015 para 0,04% em 2023. Também os fluxos de APD e outros recursos destinados à assistência técnica recuaram, em média, -1,5% ao ano no mesmo período.

O valor das remessas líquidas também apresentou uma evolução desfavorável, descendo de 1,6% do PIB em 2015 para 1,1% em 2025. Em contrapartida, registaram-se progressos significativos na digitalização. Os acessos à internet de banda larga cresceram a uma taxa média anual de 4,3% entre 2015 e 2024, enquanto a utilização da internet aumentou de 68,6% da população em 2015 para 89,5% em 2025.

No plano macroeconómico, 12 das 17 variáveis evoluíram favoravelmente, refletindo crescimento do PIB, do consumo e do investimento, apesar de tendências menos positivas em áreas como inflação, exportações, formação de capital e solidez bancária. No conjunto, os resultados indicam progressos relevantes, embora ainda insuficientes para assegurar o cumprimento integral das metas internacionais, sobretudo no domínio da cooperação para o desenvolvimento.



Esta publicação bilingue complementa outros formatos de divulgação, tais como o [Dossier Temático](#) e o ficheiro Excel anexo à Publicação.

A informação apresentada é a mais recente disponível à data de 8 de maio de 2026.